

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A GESTÃO AMBIENTAL PARTICIPATIVA: UM DESAFIO PARA OS GESTORES DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS DA UFPA

Maria Ivete Rissino Prestes¹

Gilmar Wanzeller Siqueira²

Educação Ambiental

RESUMO

Esse trabalho de pesquisa aborda a aplicabilidade do processo de Educação Ambiental e a Gestão Ambiental Participativa dentro do Instituto de Ciências Exatas e Naturais da Universidade Federal do Pará. A discussão problematizou a educação ambiental em novas bases teórico-metodológicas, como instrumento de mediação de conflitos no processo participativo, tendo as unidades administrativas e acadêmicas como espaço para tal mediação. Os resultados preliminares servirão para traçar um perfil metodológico e a divulgação das estratégias e atividades de educação ambiental no processo de gestão ambiental participativa adotada neste instituto. Os dados obtidos até o presente momento demonstram que o processo de institucionalização das práticas de sustentabilidade ambiental no ICEN, a fim de se obter uma gestão que possa em diálogo com a comunidade inserida em seus limites, chegar a uma situação em que a sustentabilidade auxilie no processo de gestão participativa que possa atenuar pressões degradantes sobre o processo institucional.

Palavras Chave: educação ambiental, gestão participativa, ICEN/UFPA.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a educação ambiental se fez tardiamente. Apesar da existência de registros de projetos e programas na década de 70, efetivamente em meados da década de 80 que ela começa a ganhar dimensões públicas de grande relevância. Em termos oficiais e de destaque para o conjunto da sociedade, aparece na Constituição Federal de 1988, Capítulo VI, sobre meio ambiente, no qual se lê que compete ao poder público “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”.

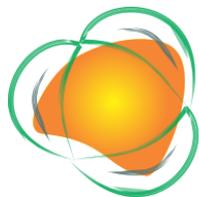
A educação ambiental surgiu da necessidade de formar uma nova postura ambiental na sociedade em decorrência da crise em âmbito mundial, que passou a afetar todos os grupos sociais nas mais diversas escalas de abrangência.

De acordo com RODRIGUEZ & SILVA, (2009), a educação ambiental:

[...] surge como uma necessidade no processo de salvar a humanidade de seu próprio desaparecimento e de ultrapassar a crise ambiental contemporânea. É um dos meios para se adquirir as atitudes, as técnicas e os conceitos necessários à construção de uma nova forma de adaptação cultural aos sistemas ambientais [...](RODRIGUEZ; SILVA, 2009, p.176).

¹ Curso de Pós-Graduação em Ciências e Meio Ambiente do Instituto de Ciências Exatas e Naturais da Universidade Federal do Pará/PPGCMA/ICEN/UFPA. E-mail: mirp@ufpa.br

² Prof. Dr. no Programa de Pós-Graduação em Ciências e Meio Ambiente do Instituto de Ciências Exatas e Naturais da Universidade Federal do Pará/PPGCMA/ICEN/UFPA. E-mail: gilmar@ufpa.br



SILVA & PELICIONI (2014) afirmam que a participação social é uma característica da democracia, porém a literatura e a prática demonstram que as instâncias participativas são garantidas por leis (normatização), mas constituem-se apenas como instâncias consultivas, sem força para concretizar as ações. As autoras ainda destacam que apesar da participação compor discursos de políticas públicas, nota-se cada vez mais diminuição da participação da sociedade civil nas decisões sociais.

Sobre este aspecto enfatizam:

[...] cabe, portanto, verificar se o governo e as instituições realmente querem criar condições para que este tipo de participação aconteça; se os conselhos gestores e outros mecanismos legais de participação têm colaborado de fato com o desenvolvimento do controle social e se a população está realmente preparada e possui habilidades para colocar em prática uma participação ativa, crítica e emancipatória dentro dos conselhos. (SILVA; PELICIONI, 2014, p. 816).

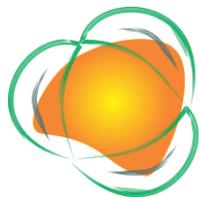
A gestão de recursos humanos é uma área estratégica, fundamental para qualquer IES atingir resultados sustentáveis através dos seus servidores, agregando valor sustentável para a organização e contribuindo para o desenvolvimento social dos seus indivíduos desenvolver ou incorporar práticas inovadoras, além de aumentar a participação dos seus servidores e melhorar a comunicação, o que proporcionaria melhorias e a aceitação de mudanças nas estratégias. Um dos caminhos para viabilização desta participação é o estabelecimento de canais de participação por parte do poder público e desenvolvimento da educação ambiental. De acordo com PELICIONI (2014), o processo de educação implica um processo de formação política, envolvendo diretamente o preparo das pessoas para o exercício da cidadania ativa e participativa.

Essa pesquisa teve como propósito de que forma as ações de educação ambiental serão capazes de contribuir para gestão ambiental participativa no Instituto de Ciências Exatas e Naturais da Universidade Federal do Pará.

METODOLOGIA

O presente estudo foi realizado tomando por base, as pesquisas bibliográficas e documentais. Foi realizada uma análise de campo a cerca da percepção dos servidores lotados no ICEN e nas unidades acadêmicas e administrativas sob a ação institucional do órgão gestor das unidades. A pesquisa bibliográfica está preconizada de acordo com OLIVEIRA (2002), que têm como objetivo principal, conhecer as contribuições acerca de um dado tema, servindo, portanto, para a construção de um trabalho voltado para a compreensão do fenômeno em estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO



A UFPA tem como objetivo estratégico no seu Plano de Desenvolvimento Institucional – 2016-2025, a promoção da responsabilidade socioambiental, portanto, é essencial dispor de uma política ambiental séria, já que é o berço do saber é responsável pela produção e sociabilização do conhecimento.

Assim ao adotar a perspectiva teórica e prática nessa pesquisa, não há dúvida em se afirmar que as metodologias participativas são as mais propícias como instrumento democrático de gestão institucional. Neste caso, a educação ambiental, no processo de concretização de seus pressupostos (participação, interdisciplinaridade, ambiente de trabalho, respeito às características culturais e dignidade de cada servidor e etc.), é o melhor instrumento institucional para unir a necessidade de gestão ambiental participativa das unidades administrativas e acadêmicas.

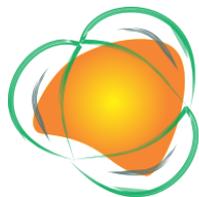
Temos convicção que a aplicabilidade da educação ambiental no processo de gestão ambiental participativa será possível devido a implementação de alguns elementos fundamentais: existência de uma unidade específica na estrutura organizacional do ICEN que trate dessa questão; e a realização de cursos de capacitação que tratam da educação ambiental no processo de gestão ambiental participativa buscando a participação de todos aqueles que queiram trabalhar com a educação ambiental no Instituto e também de pessoas de outros setores da UFPA.

CONCLUSÕES

Nesta pesquisa preliminar foi observado um cenário ainda de baixa participação dos servidores no mérito da decisão nas questões que envolvem contextos ambientais. Assim, acredita-se que aplicabilidade da ferramenta da educação ambiental pode não só contribuir com a conscientização sobre os problemas ambientais, mas também pode cooperar para capacitar o corpo de servidores gradativamente no exercício da sua atividade, da cidadania e, conseqüentemente, na transformação social. Por isso, é fundamental que os gestores do ICEN/UFPA promovam cada vez mais mecanismos de acesso da comunidade à participação nas decisões sociais.

REFERÊNCIAS

ARANA, A. R. A.; BIZARRO, L. M. C. E. Educação ambiental e política ambiental integrada: o papel das universidades. In: DIAS, L. S.; LEAL, A. C.; CAPRI JUNIOR, S. (Org.). **Educação ambiental: conceitos, metodologias e práticas**. 1. ed. Tupã, SP : ANAP, 2016. 187 p.



BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 23 jul, 2017.

DE CONTO, S. M. **Resenha:** Gestão de Resíduos em universidades. Revista Rosa dos Ventos 4(I) 110-113, Jan-Jun, 2012

KRAEMER, M.E.P. (2004). **A universidade do século XXI rumo ao desenvolvimento sustentável.** Revista eletrônica de Ciência Administrativa, 3(2), 1-21

OLIVEIRA, S. L. 2002. **Tratado de Metodologia Científica:** projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. São Paulo: Pioneira. Disponível em <http://www.scielo.org.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000190&pid=S1519-7077200400030000600026&lng=pt>. Acesso em 14 dez. 2017.

PELICIONI, M. C. F. 2014. Fundamentos da Educação Ambiental. In: PHILIPPI JR., A; ROMÉRO, M. de A.; BRUNA, G. C. **Curso de Gestão Ambiental.** Barueri, SP: Manole, 2014, Coleção Ambiental, v. 13. p. 3-17.

RODRIGUEZ, J. M. M.; SILVA, E. V. 2009. **A Educação ambiental e desenvolvimento sustentável:** problemática, tendências e desafios. Fortaleza: Edições UFC, 2009.p.

SANTOS, A. R. dos. **Metodologia Científica:** a construção do conhecimento. 8. ed. rev. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

SILVA, E. C. da.; PELICIONI, M. C. F. 2014.P.816. **Conselhos e Gestão Ambiental Local:** processos educativos e participação social. In: PHILIPPI JR., A; ROMÉRO, M. de A.; BRUNA, G. C. (Editores). **Curso de Gestão Ambiental.** Barueri, SP: Manole, 2014, Coleção Ambiental, v. 13, p. 815-830.

TAUCHEN, J.; BRANDLI, L.L. **A gestão ambiental em instituição de ensino superior:** modelo para implantação em campus universitário. Gest. Prod. vol. 13, n0.Sept./Dez.2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Pró- Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional. **Plano de Desenvolvimento Institucional, 2016-2025.** Belém, PA: UFPA, 2016. 170 p.